

Indicador do BC mostra discrepância no crescimento econômico regional

Diferença varia de quase zero a 5% no acumulado de 12 meses até maio, mostra IBCR

Por **Hamilton Ferrari** — De Brasília
24/07/2026 05h00 - Atualizado há 3 dias

Os Estados brasileiros com economia mais afetada pela política monetária vem apresentando um desempenho mais fraco, enquanto outros, como o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, vêm sendo beneficiados pelo encarecimento do petróleo. A discrepância das taxas de crescimento varia de quase zero a 5% no acumulado de 12 meses até maio, segundo números do Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) divulgados na quarta-feira pelo Banco Central (BC) e levantados pelo **Valor**. O IBCR é publicado mensalmente pelo BC, que sintetiza informações de diferentes setores (agropecuária, indústria e serviços).

Os índices de atividade de Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul foram os que mais cresceram no período, com taxas de expansão de 5%, 3,9% e 3,7%, respectivamente. São Paulo, por outro lado, cresceu 0,4%.

Atualmente, a Selic está em 14,25% ao ano, permanecendo entre junho de 2025 e janeiro de 2026 em 15%, sempre em termos anuais. **Giuliana Folego**, analista de macroeconomia e análise setorial da Tendências Consultoria, diz que a política monetária opera primeiro sobre o crédito, o consumo de bens duráveis e as decisões de investimento produtivo, que são componentes em que o Sul e Sudeste têm exposição grande.

Economia regional

Crescimento acumulado em 12 meses*

Por estado	Variação (%)
Rio de Janeiro	5
Espírito Santo	3,9
Mato Grosso do Sul	3,7
Mato Grosso	3,6
Pernambuco	3,2
Rio Grande do Sul	3
Pará	2,9
Maranhão	2,4
Goiás	2,4
Bahia	2
Santa Catarina	2
Ceará	1,6
Rio Grande do Norte	1,5
Minas Gerais	1,5
Paraná	1,5
Amazonas	0,9
São Paulo	0,4

Por região	Variação (%)
Centro-Oeste	3,1
Nordeste	2,7
Norte	2,3
Sul	2,2
Sudeste	1,6

Fonte: Banco Central * até maio

A analista afirma que há uma defasagem clássica da política monetária, em que o aperto se transmite primeiro para as economias mais integradas ao sistema de crédito e ao investimento produtivo.

“Sul e Sudeste desaceleraram mais cedo, e esse é o padrão esperado dada a composição setorial. Setores tipicamente associados à formação bruta de capital fixo (medida de quanto o país investe em máquinas, equipamentos, construção e inovação) acumulam retração relevante no ano, com impacto direto sobre São Paulo, Minas Gerais e Paraná”, diz.

O Nordeste segue sustentado pelo dinamismo de serviços e pelo mercado de trabalho ainda aquecido, segundo a analista, com contribuição positiva da agropecuária, ainda que com pressões pontuais em mandioca e carne bovina. Já o Norte tende a apresentar cenário mais fraco, com menor impulso da indústria extrativa e desaceleração da agropecuária, tendo o turismo como principal destaque.

Para Folego, a manutenção da política monetária em patamar restritivo e o choque do petróleo, decorrente das tensões no Oriente Médio, seguem pressionando custos e limitando o dinamismo da atividade, sobretudo na indústria de transformação. Do lado expansionista, uma série de estímulos governamentais tende a sustentar consumo e renda. “O saldo esperado é de crescimento morno, porém ainda positivo, com dispersão regional persistentemente. Nossa projeção para o PIB brasileiro é de alta 1,9% em 2026”, afirma a analista da Tendências.

Juliana Trece, coordenadora do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), diz que o Rio de Janeiro tem uma economia bastante concentrada no setor de exploração de petróleo e gás natural. A guerra no Oriente Médio acelerou o processo de crescimento do setor, que responde por cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estados.

Por outro lado, o setor extrativista possui impacto de 0,9% na economia de São Paulo, que tem maior peso da indústria de transformação. “A indústria de transformação está passando por um momento de maior dificuldade, inicialmente de juros elevados, que acaba inibindo um pouco essa atividade que precisa de investimento para ficar mais pulsante”, diz.

A indústria de transformação tem impacto também elevado no Amazonas, que teve o segundo menor crescimento (0,9%) em 12 meses entre os Estados.

“

O saldo esperado é de crescimento morno, porém ainda positivo, com dispersão regional persistentemente”

— Giuliana Folego

Apesar da discrepância de entre esses Estados do Sudeste, o Rio de Janeiro tem um desempenho mais fraco do que São Paulo quando analisados longos horizontes. “Rio de Janeiro é um dos Estados que menos crescem no país desde 2002”, diz. “Por ser [uma economia] concentrada, acaba ficando muito mais volátil que São Paulo, que tem uma economia um pouco mais diversificada.”

Já o Centro-Oeste é a região que mais tem crescido desde 2002. A agropecuária - principalmente soja, milho e cana - contribuiu para um desempenho mais regular da região ao longo do tempo, tendo efeitos também na exportação e na expansão da indústria alimentícia ao longo dos anos.

O setor de serviços também tem crescido acima da média nacional em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. “O Centro-Oeste representava 8,6% da economia brasileira em 2002. Em 2023, ele já pesava 10,6%”, diz. “Para uma região estar ganhando esse peso, a outra está perdendo.”

No acumulado de 12 meses até maio, Mato Grosso (3,6%) e Goiás (2,4%) tiveram crescimento econômico acima da média nacional (1,4%), calculado por meio do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br).

Já os três Estados da região Sul têm uma indústria de transformação com maior peso do que a média do Brasil, também sendo impactados pelos juros altos. Por outro lado, a agropecuária também é forte no Sul, o que proporciona bom desempenho do Rio Grande do Sul, por exemplo.

No acumulado de 12 meses até maio, o Centro-Oeste e o Nordeste foram as duas regiões que mais cresceram. Subiram 3,1% e 2,7%, respectivamente. O índice registrou alta de 2,3% no Norte, de 2,2% no Sul e 1,6% no Sudeste.

Para Trece, um El Niño mais forte e fenômenos climáticos podem impactar os Estados mais dependentes de agronegócio, freando a atividade nessas regiões.

O IBCR tem maior abrangência desde abril, quando passou a incluir mais quatro Estados: Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte. Continuam fora Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Alagoas, Paraíba, Piauí, Sergipe e Distrito Federal.